

**O Rio de Janeiro e o *Imprensa Popular*:
imaginário social carioca nas páginas do jornal (1949-1954).**

JAYME FERNANDES RIBEIRO*

A história da imprensa brasileira no século XX necessita considerar a atuação da imprensa comunista. Do início da década de 1920 até, pelo menos, meados da década de 1970, o Partido Comunista do Brasil (PCB)¹ editou e/ou fez circular, direta ou indiretamente – por intermédio de sindicatos, frentes populares, organizações e movimentos sociais – mais de oitenta e cinco publicações (ALVES DE SOUZA, 2005). Entre jornais diários, semanais e mensais, revistas de orientação política, jornais de sindicatos etc., a população carioca (e de demais regiões brasileiras) era informada sobre os acontecimentos do país, do estado e da cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo do trabalho é analisar como a *Imprensa Popular* via o Rio de Janeiro. Numa época em que se veiculava um discurso e um imaginário (BACZKO, 1985) de “Cidade Maravilhosa”, os comunistas brasileiros interpretavam de maneira diferente. Para os comunistas, a cidade não era tão “maravilhosa” quanto se afirmava.

A criação do *Imprensa Popular* se deu em meio à fase de extrema radicalidade do partido. Em maio de 1947, o Supremo Tribunal Eleitoral cassou o registro do PCB, colocando-o na ilegalidade, e, em janeiro do ano seguinte, cassou os mandatos dos parlamentares eleitos sob sua legenda.

Diante da posição do governo Dutra em relação ao PCB e da nova situação internacional de hostilidades mútuas entre as duas superpotências – a Guerra Fria –, a linha anterior moderada de “união nacional” foi prontamente abandonada e substituída por uma linha mais agressiva, ultra-radical, orientada para a derrubada do governo, embora tenham continuado lutando pela legalidade do partido.

* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). O trabalho é fruto de financiamento da FAPERJ.

¹ Será utilizado o nome Partido Comunista do Brasil devido ao período compreendido pelo trabalho. Fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, Seção Brasileira da Internacional Comunista, e adotando a sigla PCB, somente em agosto de 1961 o Comitê Central do partido modificou os estatutos e sua denominação, passando, assim, a utilizar o nome Partido Comunista Brasileiro.

Posto na ilegalidade, o número de membros e simpatizantes do PCB decresceu acentuadamente, embora o partido conservasse forte influência nos meios intelectuais e sindicais. Entretanto, nesse período, o PCB pôde manter legalmente seus jornais e publicações, apesar de sujeitos a periódicas investidas da repressão policial e a fechamentos temporários. O jornal *Imprensa Popular* surgiu nesse período. Tal contexto interno de hostilidade do governo Dutra em relação ao partido, de ilegalidade e de linha política radical, influenciou significativamente as notícias e matérias veiculadas em suas páginas.

Com o *Manifesto do Agosto*, em 1950, a política de radicalidade foi consolidada. O documento classificava o governo Dutra como um governo de traição nacional que entrega a nação à exploração total dos grandes bancos, trustes, e monopólios anglo-americanos (...).²

O *Manifesto* apresentava que o governo brasileiro estaria a serviço dos Estados Unidos e se submetia à dominação imperialista, crescente a cada dia. O nacionalismo estava na ordem do dia. O objetivo expresso no *Manifesto de Agosto* era o de formar a Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN). Uma ampla frente policlassista e nacionalista sob a liderança do operariado e sua vanguarda, o PCB.

A ideia da FDLN deveria ser levada a todos os trabalhadores, onde quer que estivessem. A política frentista do partido deveria estar nas cabeças das pessoas e, para isso, os militantes comunistas precisariam compreender os melhores meios para realizar sua divulgação. De acordo com os dirigentes do PCB, a “imprensa do povo” (jornais comunistas), seria um importante meio para se difundir a palavra de ordem do partido.

Para levar adiante a FDLN e concretizar a “revolução brasileira”, a direção do PCB propôs a criação de uma força militar. Assim, podia ser lido no *Manifesto*,

*POR UM EXÉRCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO NACIONAL - Expulsão das forças armadas de todos os fascistas e agentes do imperialismo e imediata reintegração em suas fileiras dos militares delas afastados por motivo de sua atividade democrática e revolucionária. Livre acesso das praças de pré ao oficialato de suas respectivas corporações. Armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas na luta pela libertação nacional e para a defesa da nação contra os ataques do imperialismo e de seus agentes no país.*³

² Luiz Carlos Prestes – *Manifesto de Agosto*. Citado em *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1950, pp. 1, 2 e 4).

³ Idem.

Na proposta de revolução armada do partido, a constituição de um exército era fundamental. Não se podia pensar em tomar de assalto o poder se não tivesse, minimamente, organizado um grupo – seriam melhor vários grupos – que estivesse preparado para ações militares. De acordo com o pensamento da direção do PCB, a hipótese de ser desencadeada a luta armada no país não era absurda. Os indícios, no Brasil e no exterior, apontavam para esse caminho. Nas palavras de Prestes, “à medida que se agrava a situação do país e aumenta o perigo de guerra no mundo inteiro, aumentam a radicalização e a combatividade das massas trabalhadoras”.⁴ Por isso, “não devemos recluir as formas de luta mais altas e vigorosas, inclusive os choques violentos com as forças da reação e os combates parciais que nos levarão à luta vitoriosa pelo Poder e à libertação nacional do jugo imperialista”.⁵ Com isso, concluiu o líder comunista, avancemos “com coragem e audácia no caminho das lutas revolucionárias de massa. É este o caminho que de nós exigem os superiores interesses nacionais”.⁶

No plano internacional, as armas nucleares e a Guerra Fria mostravam a possibilidade de um verdadeiro holocausto mundial, auxiliando na construção de uma série de crenças e imagens que povoaram o imaginário das pessoas em todo o mundo. A Guerra da Coreia (1950-1953) contribuiu grandemente para a construção e divulgação desses imaginários.

Diversas gerações foram criadas à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditavam firmemente, poderiam acontecer a qualquer momento e devastar toda a humanidade. Mesmo aqueles que não acreditavam que qualquer um dos lados não pretendia atacar o outro, era difícil ser otimista. Nas palavras de Hobsbawm, o confronto direto “não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária” (1995:224). Concordando com Hobsbawm, Edward Thompson relata: “nós nos habituáramos, em um canto recôndito de nossa consciência, à expectativa de que a própria continuidade da civilização era problemática” (1985: 51).

Assim, no contexto de Guerra Fria, de Guerra da Coreia, das armas nucleares, da ilegalidade do partido, da exaltação do nacionalismo, do nacional-

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

desenvolvimentismo e da linha política radical, o PCB procurou analisar e divulgar, por intermédio de sua imprensa, o que se passava no Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo.

A cidade do Rio de Janeiro, desde o início do século XX, era exaltada como um “ótimo” lugar para se viver. Ao longo dos anos, foi sendo criado, no imaginário social carioca, a ideia de “cidade maravilhosa. Notícias sobre reformas e melhoramentos urbanísticos eram constantemente divulgados nos jornais da grande imprensa. Em abril de 1951, com a manchete “Navegação para os Subúrbios”, o *Jornal do Brasil* chamava atenção para o progresso do Rio de Janeiro. Conforme o artigo:

Acham-se colocados na zona litorânea, circundada pelas ilhas que estão sendo ligadas para a construção da Cidade Universitária, os subúrbios da Leopoldina.

Breve, muito breve mesmo, essa parte da formosa baía de Guanabara estará em uma situação de verdadeiro progresso, ante os melhoramentos que vão ser introduzidos nas ilhas referidas.⁷

Os jornais da grande imprensa constantemente veiculavam esse tipo de informação sobre a cidade. No entanto, não era esse o imaginário social do Rio de Janeiro que desejavam construir os comunistas brasileiros. O jornal *Imprensa Popular*, em matéria sobre uma enchente na cidade, revelou que o tráfego “ficou impedido em virtude da enchente das ruas”, “bairros inundados, casas alagadas”, faltando “transporte nas horas de maior movimento”.⁸ Os bairros de Botafogo, Urca, Copacabana, Leblon, Gávea, Central, Catete, Glória e Cinelândia foram inundados, tendo as águas “atingido, em alguns lugares, mais de 50 centímetros de altura”.⁹ Sem falar no “mar de lama”, oriundo dos morros da cidade. Conforme destacou o jornal, “sempre a Praça da Bandeira tem a maior desvantagem nos dias de grandes chuvas. E ontem não foi quebrada a tradição. As águas despejadas no insuficiente canal do Mangue transbordaram formando um grande lago em toda a praça”.¹⁰

Os comerciantes tiveram prejuízos, e os moradores dos diversos bairros afetados perderam muitos bens materiais. Em algumas localidades, como Estácio e Catumbi, a normalização dos transportes só foi conseguida quase dois dias depois. Conforme revelou o artigo, diversas pessoas ligaram para o jornal “até altas horas da

⁷ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1951, p. 5.

⁸ *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1951, pp. 1 e 4.

⁹ *Idem*.

¹⁰ *Idem*.

noite”, deixando suas queixas e “dando informações sobre os efeitos da enchente”. Nas palavras de uma senhora residente no bairro do Maracanã, “isto aqui está um inferno. Uma fila enorme de carros não encontra passagem nas imediações do canal e muitas pessoas com água pela cintura atravessam as ruas”.¹¹

Não obstante, *Imprensa Popular* apresentou soluções e apontou o culpado. De acordo com o artigo,

*Chamamos mais uma vez a atenção do povo para a responsabilidade que pesa sobre a Prefeitura na repetição dessa calamidade das enchentes. Enquanto se gastar dinheiro com obras suntuárias e não se fizer um reparo em todo o sistema de esgotos e galerias, sempre haverá inundação.*¹²

Constantemente, *Imprensa Popular* publicava reclamações de moradores de diversos bairros do Rio de Janeiro sobre inúmeras questões que envolvessem as condições de vida e habitação na cidade. A questão da limpeza urbana era uma delas. De acordo com o periódico,

*Esteve em nossa redação um morador do edifício de apartamentos existente à rua Bento Lisboa, 18, a fim de apelar para a prefeitura no sentido de que seja recolhido o lixo ali acumulado há mais de dez dias. Disse-nos que as lixeiras estão repletas e transbordando, delas relaxando um cheiro horrível, que torna a vida insuportável no interior das habitações. Declarou ainda que inúmeros pedidos de providências foram feitos ao Departamento da Limpeza Pública, todos eles, porém, resultando inúteis.*¹³

É possível perceber que as condições de vida dos moradores do subúrbio não era a das melhores. A coleta de lixo não era feita com a frequência necessária e desejada pelos seus moradores. Além disso, o descaso da Prefeitura era visível.

Um problema muito comum no Rio de Janeiro em meados do século passado era a falta d'água. Diversas matérias sobre o assunto podiam ser encontradas nas páginas de *Imprensa Popular*. No dia 18 de setembro de 1951, o jornal comunista deu destaque ao tema e procurou associar o descaso do prefeito ao governo de Vargas. Sob o título: “O problema de falta d'água desmoraliza o ‘programa’ do prefeito de Vargas”, o vereador comunista Elizeu Alves de Oliveira escreveu que o prefeito Carlos Vital¹⁴ não

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ Idem. 9 de janeiro de 1951, p. 2.

¹⁴ João Carlos Vital foi nomeado prefeito do Distrito Federal por Getúlio Vargas em abril de 1952, em substituição ao general Ângelo Mendes de Moraes (1947-1951). Em 1952, apresentou ao Legislativo um projeto de lei tributária que desencadeou intensa polêmica na imprensa e o incompatibilizou com a

estava cumprindo as promessas de campanha. Todavia, isso já era de se esperar, já que o prefeito fora nomeado por Vargas. Nas palavras do vereador,

*O prefeito já se encontra há seis meses à frente do seu cargo, e até agora nada foi feito de concreto, de positivo. O problema da água desmoraliza o 'programa' do prefeito de Vargas. Trata-se (...) de um verdadeiro descaso pelo problema que atinge toda a população do Rio de Janeiro.*¹⁵

Em outro artigo, o jornal apresentou outra reclamação de moradores. Segundo *Imprensa Popular*,

*Um morador de Caxambi esteve em nossa redação, a fim de tornar pública a sua reclamação contra o descaso da Prefeitura pela sorte dos moradores daquele bairro. Diz ele que há mais de três meses se encontra furado um cano na rua Honório, em frente ao prédio n. 780. Em consequência, a falta da água ali passou a constituir um sério problema. Faz por nosso intermédio, um apelo ao Departamento de Aguas e Esgotos no sentido de que seja tomada imediata providência.*¹⁶

Enquanto circulou *Imprensa Popular*, inúmeros artigos como estes podem ser encontrados. A título de comparação, vale lembrar que nos jornais de referência do Rio de Janeiro, para o mesmo período – *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Jornal* – estas notícias não eram veiculadas com muita frequência.

No ano de 1948, os jornais da grande imprensa anunciaram o plano de construção do túnel do Catumbi, que ligaria o Centro à Zona Sul. Progresso era a palavra de ordem. Entretanto, de acordo com *Imprensa Popular*, “A Prefeitura Esta Matando o Bairro do Catumbi”.¹⁷ O jornal comunista deu voz à fala dos moradores que foram expulsos de suas casas. Conforme as declarações, os gastos da prefeitura com as obras foram bastante elevados, todavia elas estavam paradas a mais de um ano, deixando o local abandonado, servindo apenas para “assaltantes que lá se escondem à espera da vítima”.¹⁸ Segundo o periódico comunista, os moradores já “conheciam perfeitamente o que acontece nesses empreendimentos: o despejo dos moradores do

Câmara, resultando, em dezembro do mesmo ano, na sua demissão da prefeitura. Foi substituído pelo general Dulcídio do Espírito Santo Cardoso (1952-1954). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, versão em CD-Room.

¹⁵ *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1951, p. 4.

¹⁶ *Idem*. 16 de janeiro de 1951, p. 3.

¹⁷ *Idem*. 21 de setembro de 1952, p. 4.

¹⁸ *Idem*.

local atingido pelas obras”.¹⁹ No entanto, a indignação era maior devido à estagnação dos trabalhos. Nas palavras de um morador, era um crime “uma quantidade de material jogado ao relento, estragando-se, dinheiro do povo jogado fora”.²⁰ Não obstante, havia uma razão para tudo aquilo: “o Prefeito, que tanta coisa prometera, consumava sua traição covarde, mesquinha, revoltante. (...) E é por isso mesmo que o governo não se interessa, que êsse govêrno só tem olhos para os interêsses dos ricos”.²¹

Dessa forma, é possível notar que o governo de “traição nacional” de Dutra também era seguido de perto pelos seus correligionários. Por ser indicado pelo Dutra, Mendes de Moraes, para os comunistas, só podia ser um traidor. Segundo Prestes, “é esta a política do governo Dutra e de todos os que o apóiam”.²² Merece destacar que o objetivo da linha política traçada pelo *Manifesto de Agosto* era alertar as pessoas para a situação mundial e mostrar a elas a verdadeira realidade brasileira, conclamando-as para ações que levariam a tomada do poder. Nesse caso, faz sentido uma passagem do artigo. De acordo com *Imprensa Popular*,

*Os comentários sôbre o despejo empolgava o bairro, alvoroçava-o, a raiva, o ódio iam crescendo. Todos tinham desejo de defenderem suas casinhas, seus míseros barracos, a única coisa que tinham de seu. Mas não sabiam como. Não fizeram um movimento enérgico, porque não tinham prática para isso.*²³

Aqui é possível perceber o chamamento do partido e a sua posição na sociedade. Por um lado, os motivos para a revolta eram suficientes. O desejo de mudança era notório. Contudo, as classes trabalhadoras não sabiam como agir. Por outro, o PCB se apresentava como a vanguarda da classe operária e possuía larga experiência no trabalho de organização dos trabalhadores. Nesse sentido, a união entre as partes mostrava-se necessária. Entre os motivos para a revolta e o chamamento à revolução, os comunistas procuraram demonstrar, através de sua imprensa, que, num plano mais amplo, somente a organização da população brasileira poderia resolver os problemas do país. E, num plano reduzido, o “desmascaramento” dos prefeitos poderia fazer com que as classes trabalhadoras conhecessem “verdadeiramente” seus

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Luiz Carlos Prestes – *Manifesto de Agosto*. Op. cit.

²³ *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1952, p. 4.

governantes – e, com isso, se revoltassem contra eles – gerando a possibilidade de, num mesmo movimento, os candidatos do PCB (ou “candidatos de Prestes”, como eram conhecidos) alcançarem os bancos parlamentares e, de lá, defenderem o programa do partido.²⁴

Nesse sentido, as análises que o partido fazia da política nacional em sua esfera mais ampla – o Governo Federal – podiam, de acordo com sua orientação política, ser aplicadas na esfera municipal, sobretudo se o prefeito fosse aliado dos presidentes Dutra e Vargas. Todos aqueles que não estivessem de acordo com o programa de ação do PCB transformavam-se em “traidores nacionais”, dispostos a explorar o povo brasileiro e a entregar o país ao “imperialismo ianque”.

Imprensa Popular, embora estivesse à disposição de qualquer leitor nas bancas de jornal do Rio de Janeiro, tinha como destino mãos certas. Segundo Denis de Moraes o público-alvo dos jornais comunistas era constituído por militantes e simpatizantes, em primeiro lugar, e classes populares, em segundo (MORAES, 1994).

Em que pese o fato de o PCB ter lançado mão de procedimentos que visassem adequar as notícias sobre os conflitos sociais – e todo o tipo de problemas – por que passava o Rio de Janeiro, durante a linha do *Manifesto de Agosto*, às teses, programas e manifestos do partido, não é menos importante assinalar que essa mesma imprensa contribui para que os trabalhadores de diversos setores da economia brasileira levassem ao conhecimento de amplas parcelas da sociedade os seus problemas, as violências de que eram vítimas, as suas reivindicações etc., fazendo com que suas lutas ganhassem legitimidade e algum tipo de reconhecimento no cenário político do país.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves (Org.). *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARONE, Edgar. *O P. C. B.* São Paulo, Difel, vol. 2, 1982.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, versão em CD-Room.

²⁴ Vale dizer que, como o partido foi posto na ilegalidade em maio de 1947, os comunistas, durante todo o período da experiência democrática (1946-1964), passaram a se utilizar de outras legendas a fim de continuarem participando da vida político-parlamentar do Brasil, a exemplo o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Republicano Trabalhista (PRT).

HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.

MORAES, Denis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950”. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 31, 2003, pp. 147-160.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. “Os ‘inimigos da paz’: Estado, imprensa e a repressão ao movimento dos ‘partidários da paz’ no Brasil (1950-1956)”. *Saeculum Revista de História*, n. 17, João Pessoa, jul/dez. 2007, pp. 63-78.

THOMPSON, Edward. (org.). *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

VINCENT, Gérard. “Ser comunista? Uma maneira de ser”. In ARIÈS, P. e DUBY, G. (orgs.). *História da vida privada*. São Paulo, Companhia das Letras, vol. 5, 1994.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo, Hucitec, 1982.